

Memórias em movimento: relatos de viagem e evolução da paisagem agrária na província de São Paulo (Brasil, século XIX)¹

Adalmir Leonidio²

Introdução

Um estudo recentemente publicado sobre a “flora fanerogâmica” do Estado de São Paulo afirma que até meados do século XIX este estado ainda apresentava sua vegetação praticamente intacta. O fator principal de desequilíbrio seria aí o crescimento da cafeicultura, responsável pela devastação da maior parte da “vegetação primária” (WANDERLEY, 2005). Estudos históricos e geográficos sobre a região (DEAN, 1977; BARTHELMESS 1958) têm proposto que a ocupação inicial da região de Piracicaba, que até meados do século XIX compreenderia os municípios de Rio Claro, Limeira, Pirassununga e, se concentrou sobretudo nos vales, graças ao predomínio das vias fluviais como meio de transporte. Inicialmente a área teria sido ocupada por pequenos lavradores, produzindo deferentes tipos de alimentos; em seguida por plantadores de cana e senhores de engenho, ocupando vastas extensões de terra, centradas no velho modelo do latifúndio escravista. Isso só mudaria com o café, que passa a ocupar vastas áreas dos espigões. Em sendo assim, os autores têm sugerido o seguinte esquema evolutivo das paisagens: século XVIII, vastas áreas de matas, pontilhadas aqui e ali de campos e cerrados; primeira metade do século XIX, vastas áreas de matas nos espigões; algumas áreas de matas nos vales; algumas áreas de campos e cerrados; vastas áreas de cana; algumas áreas de cultura de alimentos.

Os estudos que vêm sendo conduzidos sobre a região têm mostrado um padrão evolutivo bastante diferente desse. Os resultados até aqui obtidos parecem apontar para dois problemas centrais. Primeiramente, tanto o conceito de ecossistema quanto o de paisagem usado por ecólogos parecem insuficientes por desconsiderarem a

¹ Trabalho financiado pela FAPESP

² Professor Doutor, Universidade de São Paulo

dimensão temporal das unidades espaciais em estudo. Em sendo assim, as contribuições tanto da geografia, que vem discutindo o problema há muito tempo, quanto da história agrária, bem como, em alguma medida, da história ambiental têm se mostrado muito relevantes para uma revisão do problema. Depois, os dados levantados até aqui têm sido de fundamental importância neste sentido, por mostrar certo dinamismo – tanto natural quanto social – no processo evolutivo das paisagens da região. E eles têm revelado que esta insistência teórica sobre o predomínio de vastas áreas de matas nativas até meados do século XIX, contradita pelos fatos, está fortemente ancorada em um processo particular de construção da memória nacional, que tem relacionado tropos pitorescos com identidade nacional.

1. Paisagem e história

O conceito de “paisagem” – com ênfase no aspecto físico da mesma – surgiu entre geógrafos alemães do século XIX e depois difundiu-se entre teóricos de língua inglesa, ligados ou não à geografia (CASTRO, 2009). Nos anos 1920 o geógrafo alemão Carl Sauer (1889-1975), sob influência da antropologia americana, introduziu a distinção entre paisagem natural e paisagem cultural. Enquanto a primeira refletiria as formas e objetos da natureza, que existe com ou sem o homem, a segunda seria o resultado direto da relação do homem com o meio. Sob sua batuta surgiu a poderosa escola de Berkeley, nos Estados Unidos, bem como a influente corrente da geografia cultural, cuja ênfase recai na ação transformadora do homem sobre o meio.

Nos anos 1980 Denis Cosgrove (1948-2008) propôs que as formas visíveis da paisagem estão intimamente ligadas às diferentes representações culturais (COSGROVE, 1998). Por um lado, isso significa dizer que as matas, os rios, os relevos, o clima têm significados distintos para culturas distintas. Mas por outro, a paisagem pode vir a ser entendida – e de fato ela tem sido entendida assim por muitos pesquisadores atuais – como um mero conjunto de signos, que devem ser interpretados, e a atividade do pesquisador como a de um hermenêuta. Para fugir a

isso, Cosgrove propôs que a paisagem fosse vista como uma construção simbólica, mas condicionada pela realidade sócio-econômica que a enreda.

Correntes atuais da geografia tendem a não distinguir paisagem natural e cultural ou humana, mas a ver a natureza como produto da ação humana – não somente como meio onde os homens atuam – e a paisagem como um *continuum*. Em outras palavras, a paisagem é uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (SCHIER, 2003; RISSO, 2008).

Esta visão da geografia foi muito influenciada pelas pesquisas antropológicas, desde o final dos anos 1980. Ghilleen Prance e Herbert Schubart buscaram mostrar, através da análise de vestígios de carvão e cacos de cerâmica, que as campinas abertas do Rio Negro, na Amazônia brasileira, comumente consideradas vegetação primária, eram, em verdade, o resultado de sucessivas queimadas que teriam sincopado definitivamente o processo de sucessão ecológica há mais de mil anos³. Em outro estudo, William Ballé buscou mostrar que as matas de bambu da Amazônia, com cerca de 85.000 km² de extensão, resultaram de queimadas num período pré-colombiano bastante recuado. Em estudo mais recente sobre a Amazônia boliviana, Ballé buscou mostrar um aumento no número de espécies em áreas de aterro, ao longo de muitos anos (BALLÉ, 2008).

Em outras palavras, os estudos mais recentes têm pensado a paisagem como algo em contínua transformação⁴, e que a distribuição e abundância dos seres vivos se deve a continuidades geográficas e históricas, e não a descontinuidades ou desequilíbrios ecológicos. As contribuições da ecologia são, nesse sentido, de fundamental importância para a compreensão do conceito. O termo “ecologia de paisagens” foi utilizado pela primeira vez pelo geógrafo alemão Carl Troll (1899-1975), em 1939. Segundo Troll, a paisagem pode ser entendida como a heterogeneidade do espaço

³ Como se verá mais a frente esta hipótese já havia sido levantada no final do século XIX por alguns naturalistas que percorreram algumas regiões do Brasil.

⁴ Ver, por exemplo, o estudo de Júlia Silva Basto (2007).

onde o homem habita. Assim, a paisagem poderia ser entendida como um mosaico de relevos, tipos de vegetação e formas de ocupação, mas sem as características de um sistema (METZER, 2001). Um pouco antes disso, no entanto, em 1935, o biólogo Arthur Tansley (1871-1955) já havia introduzido na ecologia o conceito de ecossistema, cujo eixo semântico está relacionado à homogeneidade do espaço analisado, isto é, à idéia de um sistema onde há interdependência de seus componentes e mecanismos de auto-regulação (relações entre animais, plantas e ambiente abiótico).

Assim, a abordagem geográfica, que vem sendo utilizada por muitos ecólogos da paisagem, está centrada nas interações do homem com seu ambiente e lida com escalas espaciais e temporais bastante amplas. Suas formas usuais de representar as unidades de paisagem são o ecossistema, a cobertura vegetal ou o uso e a ocupação do território. Entre os fatores definidores da paisagem utilizados por esses geógrafos podemos destacar o ambiente abiótico (formas de relevo, tipos de solo, dinâmica hidro-geomorfológica, parâmetros climáticos) e a ação humana (fragmentação e alteração dos habitats, desmatamento, criação de reservatórios, abertura de estradas, entre outros). Segundo Metzger (2001), estes fatores condicionam tanto a presença de determinadas unidades, quanto a disposição espacial das mesmas no mosaico que compõe a paisagem (METZER, 2001: 3-4).

Inspirados pelo Congresso Internacional de Geografia, ocorrido em Paris, em 1931, particularmente por Vidal de La Blache, dois historiadores, fundadores da influente *École des Annales*, vão se destacar nas discussões sobre história das paisagens, Lucien Febvre e Marc Bloch. Em uma série de conferências pronunciadas nos anos 1930, Bloch buscou distinguir as diversas etapas de ocupação do solo e os “gêneros de vida” a elas correspondentes (BLOCH, 2001: 462-463).

Para Bloch, as transformações da paisagem rural francesa entre os séculos XVIII e XIX estão profundamente relacionadas às transformações nas formas dos campos e na estrutura social. São essas marcas humanas da paisagem que pareciam a Bloch ausentes no trabalho de Friedrich Mager sobre a evolução da paisagem na região da Silésia. Mager teria traçado um mapa das zonas florestais da Idade Média, onde indicava as glebas onde a presença das florestas, em sua época já desaparecidas, seria

atestada pela toponímia. Assim, Mager se recusa a acreditar que os primeiros cultivadores desta região tenham experimentado, ante as florestas, aquela repugnância que era comum atribuir-lhes os pesquisadores dos costumes agrários. Em outras palavras, a paisagem típica do norte da Alemanha por esta época, o Geest, caracterizada pela quase ausência de árvores, teria sido o resultado da exploração secular e desordenada que arruinou a antiga floresta (BLOCH, 2001: 481).

Para Bloch, contudo, seria preciso observar as diferentes modalidades de ocupação e uso do solo, que teriam conferido às paisagens suas feições típicas, a ponto de poderem ser chamadas “paisagens de civilização”: “A verdade (todavia) é que havia florestas e florestas: umas onde nossos ancestrais conseguiram bastante facilmente implantar suas culturas; outras que lhes pareciam muito mais impenetráveis.” (BLOCH, 2001: 482).

Em suma, o “desenho dos campos” seria o livro onde todas as sociedades rurais inscreveriam as vicissitudes de seu passado. Haveria dois tipos de desenho: parcelas estreitas e longas agrupando-se regularmente em quarteirões; campos de formas variáveis, imbricando-se uns nos outros, num grande mosaico desordenado. Nos seus primeiros estudos, Bloch teria atribuído a essas duas modalidades de desenho dos campos o correspondente estágio tecnológico da Europa. Enquanto os campos irregulares estariam ligados ao emprego do arado e ao trabalho individual, os campos regulares estariam ligados ao emprego da charrua de rodas (mais desajeitadas para virar) e ao trabalho coletivo. Em trabalhos posteriores, contudo, Bloch tende a admitir que as condições naturais poderiam ter papel relevante: “Ninguém jamais pretendeu que os homens habituados a traçar seus campos de comprido não tenham sido alguma vez obrigados, pelas necessidades do relevo, a adotar outro método” (BLOCH, 2001: 508).

Apesar da adoção explícita do conceito de “paisagem humanizada”, Bloch não parece opor “paisagem natural” e “paisagem cultural”, como o fará, alguns anos mais tarde, outro historiador ligado à história agrária e regional, Witold Kula. Segundo o historiador polonês, o meio geográfico é transformado por duas categorias de forças, as forças da natureza e as forças sociais de produção. A paisagem seria então o reflexo

exterior desse meio geográfico e estaria dividida em “natural” (ainda não transformada pela ação humana) e cultural (transformada pela ação humana) (KULA, 1977: 521).

Ainda em aberto debate com a noção de “espaço vital” de Ratzel, Kula, amplamente influenciado por certo marxismo, defende a idéia de que o desenvolvimento social significa um processo de emancipação gradual do homem em relação às forças da natureza e ao meio geográfico. Contudo, a superação da dependência geográfica cria novas dependências. Por exemplo, a descoberta de novas fontes de energia nos liberta das antigas, mas atrela o desenvolvimento a essas novas formas. Assim, “a subordinação do homem à natureza é um fenômeno constante”. Do mesmo modo, ao agir sobre o meio, a fim de superar sua dependência, o homem cria efeitos involuntários. Exemplo: a destruição dos bosques provocou, depois de muitos séculos, a mudança do clima e a erosão da terra.

Sua contribuição mais importante, no entanto, parece repousar sobre a relação entre diferentes modos de vida e a representação dos fenômenos naturais. Em outras palavras, segundo Kula, um fenômeno natural pode ter um significado ou outro, dependendo do nível de organização social. Uma geada pode ser um desastre, podendo significar fome e morte para uma sociedade em que as técnicas não permitam combatê-la. Mas o significado também pode ser diverso dependendo da cultura. Uma sociedade pode vê-la como um castigo (como no caso de uma sociedade religiosa) ou como mero acaso, no caso de uma sociedade laica.

Um dos pioneiros e mais conhecidos historiadores ligados à história ambiental, Donald Worster, fala em três níveis da história ambiental: o primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; o segundo introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente; “por fim, formando um terceiro nível, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991: 200). Quanto ao primeiro nível, ele não fala em história da paisagem e só

acidentalmente usa a expressão paisagem. Isto é, seu uso aqui não parece ter qualquer consequência conceitual.

Ainda sobre o primeiro nível, Worster fala em “reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem”. Isto é, parece reiterar a velha oposição entre “paisagem natural” e “paisagem cultural”.

Nenhum dos dois problemas parecem estar presentes no texto de Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre história das paisagens. Critica abertamente a oposição “paisagem natural” e “paisagem cultural”, bem como enfatiza a necessidade de uma visão que privilegie os resultados da ação do homem sobre o meio e pense a paisagem não como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade antropogênica. Defende ainda um aporte não-funcionalista do conceito de paisagem.

O autor finaliza com uma proposta metodológica para os estudos em história da paisagem, que segundo ele deveria priorizar cinco fatores essenciais ou cinco tipos de dados em suas pesquisas, “todos fundamentais na organização do espaço”: os dados da geografia física; os dados do direito; a tecnologia disponível; os dados da demografia; os dados da sociologia. A geografia apresenta-se como condição sensível inicial, mas incapaz de determinar qualquer processo linear de evolução. Quanto aos dados do direito, o autor está claramente inspirado nas pesquisas de Bloch sobre as paisagens agrárias da França. Segundo o historiador francês, como visto, a vigência de regras conservacionistas ou não traduzem antagonismos de grupos econômicos e a oposição de concepções eminentemente diferentes. Ao mesmo tempo, Bloch argumenta que grupos sociais, quando livres de constrangimentos, tenderiam a um uso predatório dos recursos naturais. No Brasil, a forma de legal de apossamento das terras, sob o regime de sesmarias, condicionou o tipo de paisagem predominante no período colonial, centrada nos extensos latifúndios de cana. Em suma, campos parcelados, cercados, homogêneos, áreas comunais – tudo depende das regras admitidas ou impostas pelo/ao grupo (SILVA, 1997: 211-212).

Quanto aos dados da tecnologia, a referência parece ser o trabalho de Kula, segundo o qual a adoção de determinado padrão tecnológico promove um incessante processo de mudanças na paisagem, com ritmos e direções diferenciadas. Como visto em Bloch, a utilização de arados ou charruas determinou a configuração das formas dos campos em vastas áreas da Europa. Por último, os dados da sociologia, nos permitiria pensar a importância das decisões políticas para a configuração de determinado tipo de paisagem. Por exemplo, a proteção de variadas espécies florestais, incluindo aí o pau-brasil, esteve por muito tempo sob a ingerência política da Coroa, que temia a falta de madeiras usadas nas embarcações reais (SILVA, 1997: 213).

Teríamos, assim, uma ampla gama de fontes possíveis a serem usadas em uma pesquisa sobre história da paisagem: códigos de postura, registros fundiários, livros ou tratados de agronomia, a arqueologia, relatos de viajantes, iconografia. Alguns trabalhos mais recentes, inspirados em autores norte-americanos da década de 1970, têm falado na própria paisagem como um “documento a ser lido”. Contudo, trata-se de uma técnica que, embora possível, está ainda muito aquém da plausibilidade. Outros autores têm enfatizado a importância do imaginário social que enreda as diferentes formas de paisagem. Neste sentido, poderíamos perfeitamente incluir nesta tipologia de fontes, além dos relatos de viagem, escritos de natureza literária, como os romances de José de Alencar, que nos fornecem imagens típicas da natureza pitoresca que até hoje seduzem o olhar tanto de brasileiros quanto de estrangeiros.

Apesar da inegável importância do trabalho de Francisco Carlos, nota-se nele, bem como em outros trabalhos mais recentes, certa confusão conceitual, que a ampliação do diálogo com as ciências naturais poderia ajudar a superar. Por exemplo, Francisco Carlos busca criticar a abordagem sistêmica de alguns autores que tratam da paisagem, e para isso usa várias expressões como “bioma”, por exemplo, que na verdade se refere às comunidades clímax dos ecossistemas terrestres. Ou seja, usa indistintamente os conceitos de ecossistema (que remete a uma abordagem sistêmica) e paisagem, apesar de criticar a primeira forma de abordagem. Do mesmo modo, usa

como sinônimos os conceitos de paisagem e espaço, que, na geografia, remete a abordagens bastante diferenciadas, conforme visto.

2. Um olhar sobre o presente

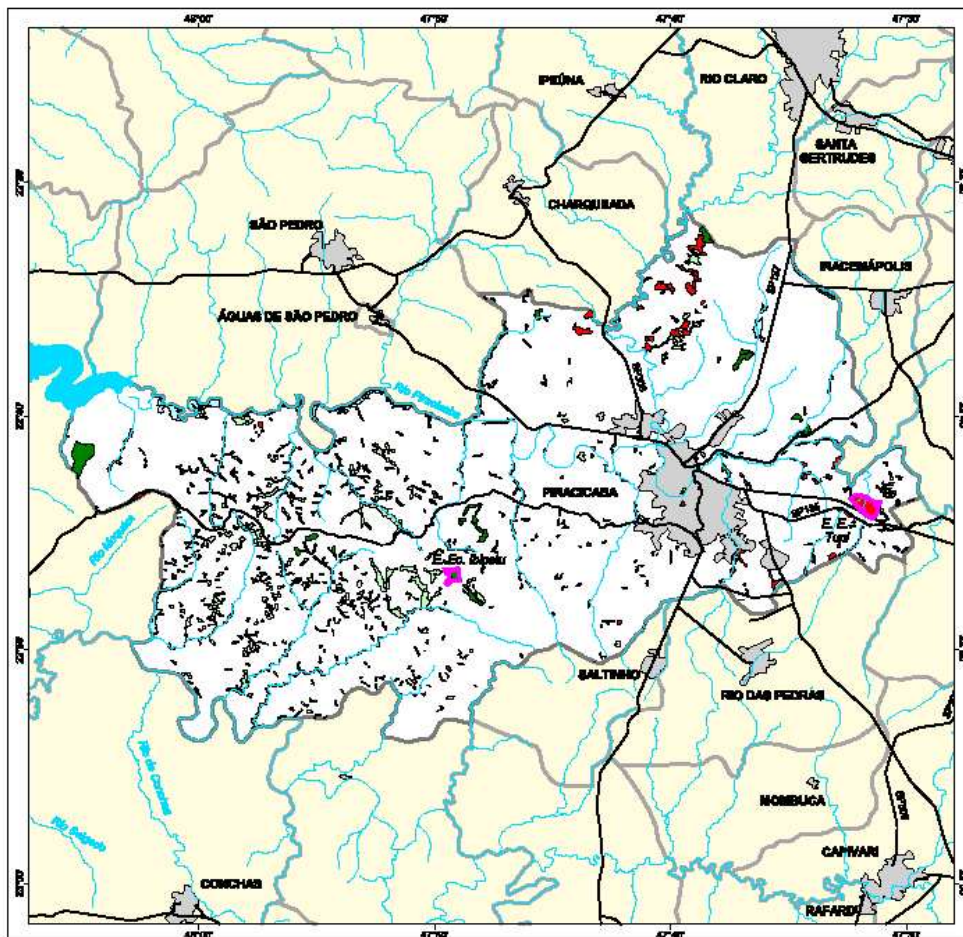
Muitos geógrafos têm insistido na idéia de que antes de tudo a paisagem é o que se vê, um olhar sobre alguma coisa ou conjunto de coisas, ainda que este olhar esteja impregnado por certos vieses. Por seu lado, os historiadores têm insistido no fato de que é a partir de uma problemática do presente que se busca entender o passado. E como se apresentam as paisagens na região em estudo na atualidade?

A cidade de Rio Claro tem uma área total de 49.800 hectares; sua cobertura vegetal total é de 5.734 hectares, sendo de 3.805,19 hectares a área reflorestada; e sua área ocupada pela agropecuária é de 21.543 hectares. Piracicaba, por sua vez, possui uma extensão territorial de 137.000 hectares, sendo sua cobertura vegetal total de 7.155 hectares (1.037 hectares é a área reflorestada), contra 87.584 hectares de área voltada para as atividades agropastoris (IBGE, 2006). O mapa a seguir apresenta estas informações em relação a Piracicaba e seu entorno.



MAPA FLORESTAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PIRACICABA



- cobertura vegetal**
- matas
 - capoeira
 - cerrado
 - cerrado
 - campo cerrado
 - campo
 - vegetação de várzea
 - mangue
 - restinga
 - vegetação não identificada
 - reflorestamento

- curso d'água
- região
- terris municipais
- vias de circulação
- área urbana
- Unidade de Conservação

Cobertura Vegetal	Área (ha)	% *
matas	999,80	0,74
capoeira	4.363,66	3,25
vegetação de várzea	671,94	0,50
vegetação não classificada	52,54	0,04
TOTAL	6.117,94	4,52
reflorestamento	1.037,66	0,77

* (em relação a área do município)
 área do município: 135.300 ha

Localização no Estado de São Paulo



1310.000
 0 5 km



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 GOVERNADOR JOÃO DOLABELA

Percebe-se claramente que a área de “vegetação original” encontra-se bastante reduzida, se comparada à área ocupada pelas atividades agropastoris ou mesmo, no

caso de Rio Claro, à área reflorestada. Alguns trabalhos têm mostrado certa tendência histórica de estabilização das áreas de “vegetação natural”, depois de sucessivos decréscimos ao longo dos anos⁵ (KRONKA et al., 2003; 2005). Esses pequenos fragmentos de “vegetação natural” geralmente se encontram em estágio avançado de transformação, tornando complexa a discussão sobre sucessão vegetal dessas áreas, “já que praticamente inexistem remanescentes não degradados dessas formações para a maioria das regiões do Estado” (RODRIGUES, 1999, p. 2). Ou seja, trata-se de uma paisagem profundamente antropomorfizada.

A vegetação natural encontra-se distribuída entre quatro tipos principais: “floresta estacional semidecidual” (caracterizada por apresentar um dossel irregular, com altura entre 15 e 20 metros), correspondente à formação vegetal predominante na região; “florestas ripárias” (formação florestal presente nas margens de cursos d’água, também conhecida por “mata ciliar”); “florestas paludosas” (ocupam áreas com solos permanentemente encharcados); “floresta estacional decidual” (localizada em áreas de solos rasos ou “litólicos”, com pouca disponibilidade de água na estação seca e por isso composta por espécies que perdem as folhas no período seco); “cerrados” (complexo fitofisionômico bastante variado, mas atualmente restrito a fragmentos bastante descontínuos).

As áreas agropastoris, que ocupam a mais alta porcentagem do território em questão, constituem-se atualmente em três tipos principais: áreas de lavouras permanentes; áreas de lavouras temporárias; áreas de pastagens naturais. A tabela a seguir resume os dados relativos às áreas ocupadas por estas atividades nas duas regiões em questão.

⁵ Os anos de mais forte queda estão concentrados nas décadas de 1960/70, não por acaso os anos da chamada “Revolução Verde” no Brasil, com pesados incentivos ao uso de insumos agrícolas.

Áreas agropastoris (em hectares), Piracicaba e Rio Claro/SP

Região	Culturas permanentes	Culturas temporárias	Pastagem
Piracicaba	2.239*	42.456**	24.812
Rio Claro	2.613*	10.217**	7.625

* Para os respectivos municípios, o predomínio se dá para laranja, com 1966 hectares e 2002 hectares.

** Predomínio da cana, com respectivamente 40.000 hectares e 8.472 hectares.

Fonte: IBGE (2006)

Nota-se, portanto, na paisagem agrária da região um forte predomínio das áreas de cana e pastagem na atualidade. A tendência, contudo, tem sido de aumento das áreas de cana. Como a colheita nesta atividade continua sendo fortemente subsidiada pelo fogo, os estudiosos do tema têm apontado para a forte instabilidade das áreas de “vegetação natural” ainda existentes na região.

3. Um olhar sobre o passado

O problema que se apresenta ao historiador é como ver aquilo que não existe mais; como enxergar uma paisagem do passado. Um dos caminhos possíveis é olhar através de outros olhos. Mas como saber o que outros viram? Mais uma vez vê-se o historiador mediante um velho problema, a crítica dos testemunhos. Antes, porém, é preciso deixar que as testemunhas se façam ouvir. E o que viram elas?

Vários naturalistas e viajantes percorreram o Estado de São Paulo ao longo do século XIX, registrando suas impressões sobre a paisagem local. Este artigo abrangerá uma pequena parte deles, como um primeiro esforço de compreender que tipo de contribuição nos deixaram para reconstruirmos paisagens pretéritas.

Um dos primeiros viajantes a percorrer a região foi o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1816. O mapa a seguir mostra o trajeto percorrido por ele durante a viagem. Segundo o naturalista, toda a região entre Franca e Mogi-Mirim é ocupada por “campos”, com “excelentes pastagens” e “pequenas montanhas”. Algumas áreas apresentavam “capoeiras”⁶, o que seria a “prova” de que as mesmas seriam, “antigamente, cobertas de matas” (SAINT-HILAIRE, 1972, PP. 104-123). Entre Mogi e Campinas (“vastos campos”), a mesma paisagem, sendo que aqui, além da criação animal – sobretudo vacas e porcos – a cana-de-açúcar se destaca como atividade importante. Prova disso seria o alto número de engenhos na região. À medida que se avança em direção à Campinas, além da abundância de pastagens, começam a aparecer os primeiros “capões de mato”, o que, segundo ele, indicaria ao viajante estar saindo “inteiramente da zona de campos”. Em muitos pontos ele observa nesses “capões”, árvores queimadas e sobre a área “o grande feto (*pteris caudata ex*), que vegeta nos terrenos esgotados” (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 126).

Próximo a Campinas, a paisagem muda completamente, começando a aparecer vastas áreas com “mata virgem”. Por esta época, esta era a região do interior de São Paulo que começava a se destacar na produção de açúcar. Saint-Hilaire chega a dizer, com certo exagero, tratar-se da área que “mais produz açúcar”, contando com “uma centena de engenhos”. Segundo informações do naturalista, algumas fazendas seriam bastante antigas na região, com mais de 20 anos:

“As boas terras, depois da derrubada das matas, produziram 20 anos; no vigésimo ano, pareciam fatigadas, pelo que foram deixadas em repouso, por três anos; mas não se sabia ainda se essa segunda vez as mesmas renderiam, sem interrupção, um lapso de tempo tão considerável como o primeiro” (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 132).

⁶ “Capoeira” é como se chama a vegetação que nasce após a abertura de clareiras para a agricultura.



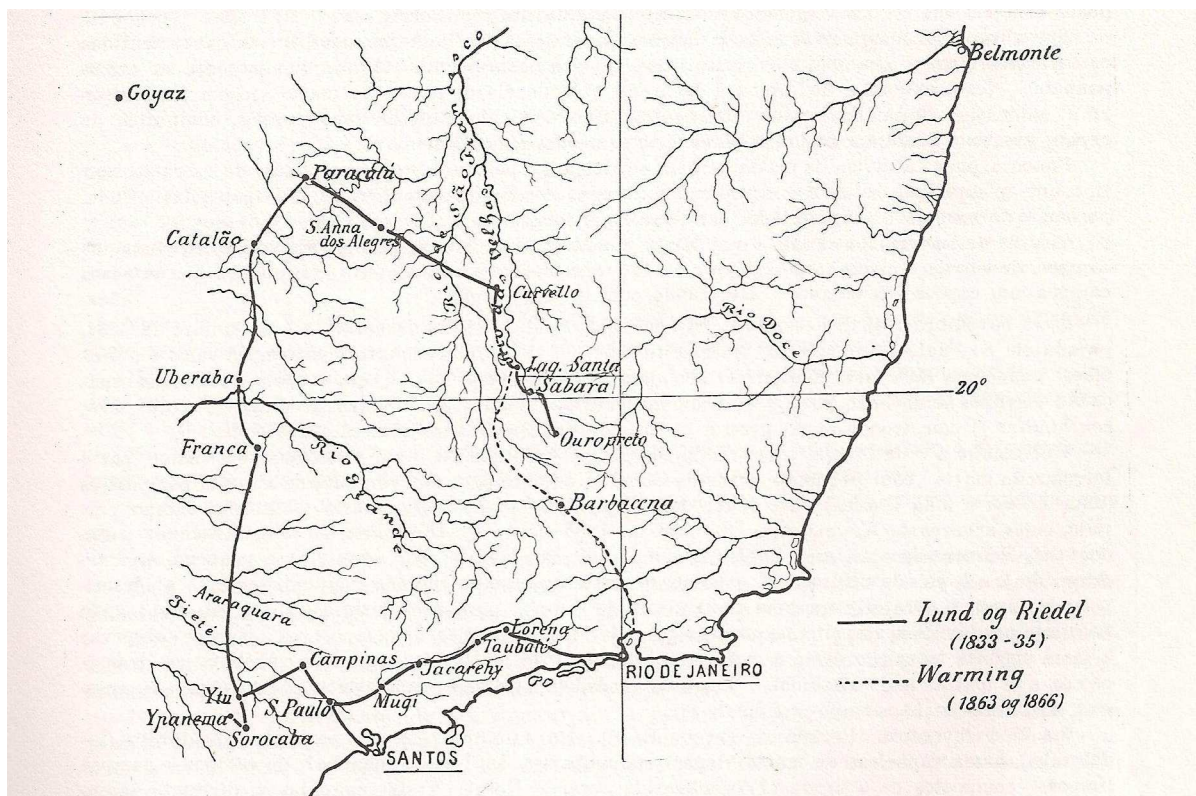
Ao chegar próximo à cidade de São Paulo, a vegetação volta a ter o aspecto de “campos”, com “gramíneas rasteiras” e “numerosos mas pouco extensos grupos de árvores”, formando uma espécie de “mosaico em dois tons de verde muito diferentes: o das gramíneas, claro e agradável à vista, e o das árvores, de um matiz muito escuro”. Segundo o Saint-Hilaire, esses “grupos de árvores” seriam os restos da floresta que teria coberto toda a região de Mogi-Mirim até São Paulo, antes da sua ocupação. E o viajante conclui, um tanto decepcionado:

“Assim, não posso considerar inútil para a ciência o meu trabalho no sentido de tornar conhecida a topografia botânica das diversas regiões que já visitei e cuja vegetação primitiva ainda não desapareceu. Dessa maneira as futuras gerações ficarão sabendo como eram esses belos campos antes de se transformarem nos milharais, mandiocais e canaviais que um dia os cobrirão. E talvez algum amigo da natureza irá lamentar o desaparecimento das belas flores dos campos, das majestosas florestas virgens, das lianas que se estendem em elegantes festões de uma árvore a outra, da voz imponente da selva” (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 56)

Embora em tom aparentemente mais neutro, a mesma decepção iremos encontrar nas descrições do naturalista dinamarquês Enriette Lund, que percorreu um trecho ligeiramente diferente de Saint-Hilaire, mas passando pelas mesmas cidades de Mogi e Campinas, regiões próximas a Piracicaba, entre 1833 e 1835. As impressões registradas por ele em um diário de viagem ficaram em posse de um amigo, o também naturalista em passagem pelo Brasil Eugênio Warming, sendo depois transcritas, em parte, no livro do mesmo Warming sobre a região de Lagoa Santa, em Minas Gerais. O mapa a seguir mostra os itinerários de Lund e Warming.

As descrições fornecidas por ele coincidem em parte com as de Saint-Hilaire. A região de Campinas seria então constituída de “matas” com “pequenos campos isolados”. Ao redor da cidade haveria “campo secundário” ou “campo cerrado genuíno”. Segundo ele ainda, “pode-se observar a mais perfeita transição deste campo para a capoeira da mata virgem, que o substitui em transição para as matas mais afastadas”. Daí em direção a Itu ele encontrou paisagens a que denominou “Catanduva”⁷, “mata baixa e rala em terreno de areia branca”, “entremeada de pastagens”. E conclui: “uma mata destas, queimada 2 a 3 vezes, produz campo cerrado” (Apud WARMING, 1973, PP. 102-103). Um outro naturalista, Alb Löfgren, que esteve na mesma região, chamaria a esta vegetação “cerradões”.

⁷ O termo “catanduva”, que depois daria origem ao nome de atual cidade do interior paulista, se origina das palavras tupis caá, mata, e ahiva, ruim. Daí esse tipo de vegetação chamado também de “mata ruim”, devido ao suposto baixo valor nutricional de suas terras, o que as tornaria imprópria para a agricultura.



Eugênio Warming, membro da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, embora tenha percorrido trecho bastante diferente, e em período bastante avançado, por volta de 1892, fez considerações valiosas para se entender a constituição da paisagem na região em foco, mas o que transparece em suas descrições é também a mesma decepção de Lund e Saint-Hilaire.

Segundo ele, cada ano, nos meses de julho a setembro, os criadores de gado queimam “vastas extensões de campo”, com o objetivo de renovar a pastagem. Neste período, “nem um dia passa sem que colunas de fumaça em todas as direções no horizonte venham anunciar destruição” (WARMING, 1973, p. 87). Várias descrições de viagens pelo Brasil falam dessas queimadas em diferentes regiões e tipos de vegetação. As conseqüências seriam de dois tipos principais, “queda total das folhas” e “adiantamento da primavera”. Isto é, logo após as queimadas, surgem novos brotos, folhas e flores. E acrescenta: “O campo mais belo e mais rico em flores que jamais vi foi exatamente um que tinha sido queimado em outubro”. (WARMING, 1973, PP. 88-90).

A prática das queimadas resultava, assim, em composições paisagísticas bastante características nestas regiões, conforme observa nosso autor:

“Por isto tem-se, por assim dizer, por toda a parte o interessante espetáculo que oferecem terrenos vizinhos, dos quais um ostenta os trajes alegres e ridentes da primavera, e o outro o mato desbotado, pardo virente do outono, sendo o terceiro ainda um escombros de incêndio, coberto de pó de carvão e cinzas” (WARMING, 1973, p. 92).

O mesmo havia observado Saint-Hilaire anos antes. Para ele os campos intactos “enverdeciam” mais de vagar, bem como as plantas floresciam em época diversa das queimadas. Para Warming, esta irregularidade no florescimento e na folhagem manifestava-se não somente no ano seguinte às queimadas, mas por vários anos seguidos.

A distribuição das espécies também era bastante alterada, uma vez que as mais afetadas pelas queimadas eram as plantas anuais, que, tendo seus frutos e sementes destruídos pelo fogo, não conseguiam se recompor. Isto quer dizer que a composição de anuais e perenes, a proporção entre elas, mudava substancialmente.

As queimadas também alteravam os padrões morfológicos das plantas, tornando mais difícil a distinção entre aquelas de porte herbáceo, arbustivo ou arbóreo. Por exemplo, a pequena *Turnera hilaireana* floresce nas queimadas com a altura de poucas polegadas, “com brotos simples e herbáceos”. Mas quando deixada ao abrigo do fogo, “os brotos ramificam-se e tornam-se lenhosos”. Outro exemplo, a *Maprounea brasiliensis*, nos campos queimados apresenta-se como um arbusto ramoso de 1 a 2 metros de altura; quando queimada, emite brotos longos, que florescem no mesmo ano. Do mesmo modo, as formas contorcidas das árvores e arbustos não seriam apenas uma adaptação às secas, mas também às queimadas constantes.

Warming defende a hipótese de que as queimadas, destruindo os órgãos aéreos das plantas anuais, estimulam as partes subterrâneas, “dando-lhes maior duração para produzir novos brotos, tornando-os deste modo perenes”. Portanto, a fisiologia da planta também se veria mudada pelas queimadas (WARMING, 1973, p. 93). Em suma, as queimadas alterariam a tal ponto a morfologia e a fisiologia das plantas, que se poderia falar em “legítimas plantas de queimada”, com formações tuberosas

exageradamente grandes para resistirem ao calor, como a *Casselia Chamaedrifolia*. O viajante alemão Von Martius, em passagem por outras regiões do Brasil, ao observar situações similares, já havia defendido, anos atrás, a hipótese do desenvolvimento de espécies novas a partir das queimadas.

Outra hipótese defendida por Warming, baseada em observações já feitas por outros viajantes, é a da alteração da densidade da vegetação com as queimadas, influenciando profundamente “a história natural do país”. Segundo esta hipótese, as queimadas teriam imprimido à vegetação de todo o planalto do interior de São Paulo “um caráter inteiramente diferente daquele que a natureza lhe dera antes da intervenção do homem” (WARMING, 1973, p. 98).

Anos antes, Saint-Hilaire já havia observado a mudança da vegetação com o fogo. Mas foi Lund quem defendeu explicitamente a idéia de alterações da paisagem a partir das queimadas. Segundo ele, a vegetação dos planaltos do interior, que ele conheceu de perto, apresenta-se em três formas distintas: “Catanduva”, “Campo cerrado” e “Campo limpo”. A “Catanduva” é a “mata virgem dos planaltos”; “encontra-se em poucas léguas, em terrenos chatos ou de ondulações suaves”. Os “campos cerrados têm uma distribuição incomparavelmente maior do que a Catanduva; diferem destas pelas árvores mais baixas sobre um tapete de ervas, mais contorcidas e arcadas”. As árvores também se encontram mais distantes umas das outras, se comparadas às áreas de “mata”. Os “campos limpos”, por seu lado, “correspondem ao solo coberto de gramíneas e ervas dos cerrados (Apud WARMING, 1973, PP. 98-99).

Em relação à distribuição da vegetação na região, Lund classifica-a em dois tipos principais, “campos esporádicos” e “campos contínuos”. Os primeiros compreendem todas as manchas de campos que, “como Oasis”, “aparecem nas regiões de matas virgens”. Localizam-se, via de regra, próximos às cidades, o que fez Lund supor estarem associados à destruição das matas pela prática agrícola.

Em relação à sucessão vegetal, Lund defende que todos os campos limpos se originam da Catanduva, “que é a vegetação primitiva, agora reduzida a poucos restos”. E conclui ele: “Foram as queimadas que transformaram as Catanduvras em cerrados e campos limpos; e estas queimadas não são particulares da população imigrada, mas já eram praticadas pelos índios muito tempo antes”. Um dos mais importantes críticos

das idéias de Lund foi o também dinamarquês J. Reinhardt, contemporâneo de Warming. Alguns anos depois, reproduzindo algumas idéias de Reinhardt, Löfgren diria que os campos das regiões de Brotas e Araaraquara, por ele visitadas, seriam quase todos “naturais”, mas admite que uma parte dos de Rio Claro não o seriam, mas originados “de cerradões devastados por queimadas sucessivas e atualmente com caráter de campo” (Apud WARMING, 1973, p. 107).

Também Richard Wettstein opina que a vegetação mais importante do interior de São Paulo no início do século XX são os “campos” ou “savanas”, bem como que estas teriam se originado da destruição das matas locais ao longo de muitos anos (WETTSTEIN, 1970, p. 20). Em sendo assim, Wettstein reitera muitas das idéias defendidas por Lund anos atrás:

“A queima do campo é praticada há longo tempo (...) Ela poderia ter contribuído consideravelmente para o fortalecimento do caráter xeromorfo da vegetação. Somente poderão sobreviver às queimadas regulares as plantas providas de órgãos subterrâneos persistentes, ou aquelas cujos caules apresentam envoltórios maus condutores de calor, que protegem contra o aquecimento excessivo e a perda d’água” (WETTSTEIN, 1970, p. 104).

Opinião muito distinta tem o brasileiro Manoel de Morais Barros, morador da região de Piracicaba e muito interessado nas boas terras de cultivo. Segundo ele, por esta época, final do século XIX, a região era ocupada por uma parte insignificante de “campos e carrascais”, sendo sua paisagem, em grande parte, composta de matas. Aqui, ao contrário dos outros autores, o tom de decepção dá lugar a uma radiante empolgação:

“A sua quase totalidade é coberta de uma vegetação esplêndida e luxuriante, e consta destas tão justamente afamadas terras roxas em extensão de léguas (...) Ainda existem algumas matas virgens, tão frondosas, que não é raro encontrar-se nelas jequitibás de dois metros e mais de diâmetro (...) A cidade de Piracicaba é uma das mais belas da província. Assentada em uma alta esplanada, que declina branda e longamente até o rio e oferece por todos os lados aos olhos do observador encantado as mais lindas paisagens e vastos panoramas de verde-negra vegetação” (*Gazeta de Piracicaba*, 21, 23 e 26/09/1883)

A descrição é idêntica no Relatório da Comissão Central de Estatística da Província de São Paulo, em 1886: “O município, que abrange uma área de cerca de 50

léguas quadradas, e, em sua quase totalidade, coberto de esplêndida e luxuriante vegetação, sendo raros os campos nativos imprestáveis para a lavoura” (*Jornal de Piracicaba*, 01/11/1900).

4. Tentativas de interpretação⁸

Existe uma lenda antiga sobre a fundação da cidade de Piracicaba, que parece sintetizar muito bem o estado de espírito que guiou estes viajantes que percorreram a província de São Paulo. No fim deste século, uma das monções que fazia o percurso de Porto Feliz (SP) a Cuiabá (MT), chegando à barra do rio Piracicaba, resolveu explorá-lo e subiu por ele até o Salto, então povoado por índios, atraídos pela abundância de peixes. Feita essa exploração, os capitães-mores de Itu e Porto Feliz, entendendo ser impossível sair-se da região, a não ser por meio da difícil e longa viagem fluvial, aproveitaram-se dessa circunstância e começaram a degredar para a região as pessoas que por lá não lhes agradavam. Mas um desses supostos degredados embrenhou-se pelos matos em direção a Itu e, vencendo todos os obstáculos, conseguiu chegar ao alto denominado no século XIX “do Samambaia”, donde avistou a povoação que o degredara. Por essa direção, abriu-se uma picada e por esta o caminho, que fez este lugar perder as vantagens, que o tornavam apropriado para o degredo (MORAES, 1878). Conforme vimos, esta parece ser a imagem mais cristalizada da cidade por seus habitantes: lugar que até o final do século XVIII era tão densamente povoado por suas matas exuberantes, que alguém que nelas se perdesse dificilmente saberia voltar. Imagem esta que não parece coincidir com as descrições dos botânicos da segunda metade do século XIX.

Mas apesar da descrição “realista” destes botânicos, o que parece ficar muito claro na fala de todos eles, mormente os estrangeiros, é a frustração. Eles não encontram

⁸ Trata-se aqui de análise preliminar, uma vez que resultados mais conclusivos serão apresentados ao fim da pesquisa temática em curso.

mais aqui aquilo que esperavam encontrar, e que acreditavam existir em tempos anteriores, e que teria sido destruído por efeito da civilização européia: um país coberto de matas virgens e exuberantes. Encontram, ao contrário, uma paisagem onde o que se vê por todos os lados é a mão do homem: uma paisagem sincopada por queimadas sucessivas, onde se misturam restos de matas, supostas vegetações “nativas”, “campos” em diversos estágios de sucessão ecológica, culturas de variado tipo, mas com ênfase na cana e no café, entre outras.

Isto talvez explique a insistência, ainda nos dias atuais, de uma parte considerável dos estudos de ecologia, na idéia de estabilidade dos ecossistemas. Esta auto-imagem do Brasil, confundindo-se ponto a ponto com a exuberância de suas matas, estaria afinal ameaçada. Idéia que vem de longe, como visto. Em outras palavras, em função das ameaças sobre o que resta de “vegetação nativa”, na maior parte dos casos em unidades de conservação, a memória coletiva tem exercido sobre os ecólogos e ambientalistas em geral uma pressão que os tem levado a imaginar uma paisagem desumanizada, que é preciso conservar ou preservar.

Portanto, trata-se aqui de um caso típico onde a paisagem se torna um lugar de memória (NORA, 1993) e, por conseguinte, um lugar de disputa pela construção da memória coletiva. Qual é afinal o lugar dos sistemas agrícolas no processo de transformação da paisagem? Quando falamos em sistemas agrários, estamos pensando nas diferentes formas de organização da produção no espaço rural brasileiro: não apenas os tradicionais latifúndios monocultores, mas também as pequenas unidades familiares, quilombolas e indígenas, que se espalharam por várias regiões do Brasil ao longo dos séculos⁹. Esta discussão é importante para repensarmos as políticas em torno das Unidades de Conservação na atualidade.

Um estudo recentemente publicado buscou mostrar as controvérsias atuais sobre a tradicional agricultura de “coivara” ou de “corte e queima”, muito utilizada no Brasil desde o início de sua colonização. Enquanto uns autores afirmam tratar-se de um

⁹ A idéia foi discutida, com base em Boserup, no livro de Tebrake (1985), que classifica os diferentes sistemas de utilização do solo com base no tempo de pousio, desde o cultivo até a formação da “floresta secundária”.

método predatório e destrutivo dos recursos naturais dos trópicos úmidos, outros buscam atestar o caráter sustentável de sua prática (PEDROSO Jr. et al, 2008). Mas apesar das divergências, os autores parecem unânimes sobre a importância da coivara na formação de florestas secundárias ou antropogênicas em todo mundo¹⁰. Ora, como é sabido da história agrária do Brasil, a prática da coivara, copiada aos índios pelos portugueses que aqui chegaram, foi a técnica agrícola mais importante em uso até pelo menos o fim do século XIX. Além disso, a prática do pousio e da rotação de culturas, tão importante para a formação dos diferentes sistemas agrários na Europa e para o avanço da fronteira agrícola (BOSERUP, 1965), era desconhecida no país. Por outro lado, por se tratar de agricultura de baixíssimo nível de inversão tecnológica, as terras eram usadas até sua quase exaustão.

Isto relativiza também um estudo recentemente publicado sobre a “flora fanerogâmica” do Estado de São Paulo, em que se afirma que até meados do século XIX, conforme dissemos, este estado ainda apresentava sua vegetação praticamente intacta. O fator principal de desequilíbrio seria aí o crescimento da cafeicultura, responsável pela devastação da maior parte da vegetação primária (WANDERLEY, 2005). Ora, o que os relatos de viagem mostram é que estas transformações remontam a épocas bem anteriores, bem como que os fatores foram bem diversos: agricultura indígena, criação animal e cana-de-açúcar. Embora não tenha sido destacada pelos viajantes, não é de se desprezar as pequenas unidades produtivas, que ao menos até meados do século XIX eram muito importantes, mormente na região em estudo.

Resta, no entanto, uma análise mais criteriosa dos processos de construção da memória, bem como uma contextualização rigorosa destes relatos de viagem a fim de se entender os vieses propriamente históricos destes diferentes olhares sobre as paisagens do Brasil oitocentista. Ora, o que as hipóteses de Lund e outros autores parecem sugerir é que na medida em que é altamente complexa a discussão sobre

¹⁰ Na década de 1980, a agricultura de coivara era responsável pela formação de cerca de dois terços do total de florestas secundárias do mundo. Desse total, cerca de 47% estaria na América Latina e o restante dividido entre África e Ásia. Alguns autores parecem estimar que na Amazônia, dependendo das atividades produtivas estabelecidas nas áreas desmatadas, as florestas secundárias podem vir a se tornar o ecossistema predominante (PEDROSO et al, 2008).

“vegetação primária”, atividades altamente impactantes como o monocultivo da cana e as queimadas, que diminuem tanto a biodiversidade quanto a sociodiversidade, seriam não apenas legítimas como importantes. O problema é igualmente complexo e envolve todo um programa de pesquisa que é preciso conduzir. Em alguma medida as pesquisas envolvidas no projeto temático ao qual se fez menção no início deste trabalho, mormente aqueles com abordagens históricas, buscam tratar desta problemática.

Bibliografia citada

BALLÉ, William. Cultura na vegetação da Amazônia. In: NEVES, W. Alves (org.). *Biologia e ecologia humana na Amazônia*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1989, pp. 95-105.

BALLÉ, William. Sobre a indigeneidade das paisagens, *Revista de Arqueologia*, 21, n. 2, 2008, pp. 9-23.

BARTHELMESS, Heloisa. *A zona de Piracicaba*. Tese de Livre Docência. Curitiba: Universidade do Paraná, 1958.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*. Buaru/SP: EDUSC, 2001

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1997.

BOSERUP, Ester. *The conditions of agricultural growth*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1965.

CASTRO, Demian Garcia. “Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da geografia”, www.pucsp.br/diamantino/paisagem, 2009

COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: ROZENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

DEAN, Warren. *Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Gazeta de Piracicaba, 21, 23 e 26/09/1883

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo agropecuário (2006)

Jornal de Piracicaba, 01/11/1900

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1977 (a primeira edição é de 1963).

METZER, Jean Paul. "O que é ecologia de paisagens?", *Biota Neotropica*, Campinas/SP, v. 1, n. 1, dez. 2001.

MORAES, Prudente de. A fundação de Piracicaba, *Almanaque literário da Província de São Paulo*, 1878.

NORA, Pierre, Entre memória e história: a problemática dos lugares, *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PEDROSO Jr., Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 3, n. 2, pp. 153-174, mai/ago 2008.

PRANCE, Ghilleen; SCHUBART, Herbert. Notes on the vegetation of Amazonia. A preliminary note on the origin of the open White sand campinas of the lower Rio negro, *Brittonia*, v. 30, n. 1, pp. 60-63, 1978.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro. "A vegetação de Piracicaba e municípios do entorno", *Circular Técnica* do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, n. 189, ago 1999.

RISSO, Luciene Cristina. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica, *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 23, jan./jun. 2008

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1972.

SAUER, Carl. "A morfologia da paisagem". In: Rozendahl Corrêa (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia, *Raega*, Curitiba, n. 7, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TEBRAKE, William H. *Medieval frontier. Culture and ecology in Rijnland*. Texas: University Press, 1985.

WANDERLEY, Maria das Graças Lapa (org.). *Flora fanerogâmica do Estado de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/Rima, 2005.

WARMING, Eugênio. *Lagoa Santa. Contribuição para a geografia fitobiológica*. São Paulo: Edusp, 1973 (1908).

WETTSTEIN, Richard. *Aspectos da vegetação do Sul do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1970.

WORSTER, Donald. "Para fazer história ambiental", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, pp. 198-215.